

SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES

Termo de Referência 11/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2025	200352-SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES	CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO	08/10/2025 11:10 (v 3.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		08285.001786/2025-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Lanchas de Patrulha Costeira (LPC) e Lanchas de Patrulha e Interceptação (LPI), por meio do Sistema de Registro de Preços, para atender as demandas do Núcleo Especial de Polícia Marítima - NEPOM/DREX/SR/PF/ES, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário <i>Máximo Aceitável</i>	Valor Total <i>Máximo Aceitável</i>
1	Lancha de Patrulha Costeira (LPC), acompanhada da carreta de rodoencalhe, conforme Especificações Técnicas em anexo.	616694	Unidade	2	R\$ 3.946.623,79	R\$ 7.893.247,58
2	Lancha de Patrulha e Interceptação (LPI), acompanhada de carreta de transporte rodoviário, conforme Especificações Técnicas em anexo.	616695	Unidade	3	R\$ 1.799.653,05	R\$ 5.398.959,15
TOTAL						R\$ 13.292.206,73

1.1.1. Havendo divergência entre as especificações do CATMAT e deste Termo de Referência, prevalecem deste Termo de Referência e seus anexos.

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e entidade participante:

Órgão Gerenciador: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES					
Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total

1	Lancha de Patrulha Costeira (LPC), acompanhada da carreta de rodoencalhe, conforme Especificações Técnicas em anexo.	Unidade	1	2	2
2	Lancha de Patrulha e Intercepção (LPI), acompanhada de carreta de transporte rodoviário, conforme Especificações Técnicas em anexo.	Unidade	1	2	2

Órgão Participante: Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí - SR/PF/PI					
Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
2	Lancha de Patrulha e Intercepção (LPI), acompanhada de carreta de transporte rodoviário, conforme Especificações Técnicas em anexo.	Unidade	1	1	1

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com renovação do quantitativo originalmente registrado, conforme justificativas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- I) Id PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2025;
  - II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2024;
  - III) Id do item no PCA: 215 e 216;
  - VI) Classe/Grupo: 1940 - EMBARCAÇÕES PEQUENAS;
  - V) Identificador da Futura Contratação: 200352-55/2025.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.1.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.1.1.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.

4.2. A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

4.2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. A construção das embarcações deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

4.4. As embarcações devem ser projetadas para minimizar o consumo de combustível, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e custos operacionais;

4.5. As embarcações devem atender às exigências e regulamentações das autoridades ambientais competentes, garantindo-se que a fabricação e operação destas estejam em conformidade com padrões sustentáveis.

4.6. Ainda não foi publicado o Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

### Indicação de marcas ou modelos

4.7. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, características ou modelos.

4.8. Com base no art. 41, I, da Lei 14.133/2021, foram indicadas marcas para servir de referência, como parâmetro de qualidade, para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, acompanhada, todas as vezes, da expressão "ou similar".

4.9. O intuito da indicação de marcas é o fornecimento de equipamentos de boa reputação, excelente qualidade, alta durabilidade e bom desempenho, reconhecidos no mercado náutico. Nesse sentido, será vedada a oferta de protótipos, de bens produzidos e/ou comercializados em desacordo com as normas nacionais e internacionais, que sejam falsificados e/ou de procedência duvidosa, que sejam inadequados ao emprego em atividades marítimas, que não tenham passado pelo controle de qualidade, que não sejam validados pelos órgãos competentes, que possam causar acidentes, diminuir o uso, danificar a estrutura, sistemas e equipamentos da embarcação e, principalmente, comprometer a saúde e a segurança dos tripulantes.

4.10. Também é objetivo da indicação de marcas a seleção de equipamentos que detenham vasta rede de assistência técnica autorizada, que possibilitem rápido acesso a serviços de manutenção e reparo, e cujas peças de reposição sejam amplamente comercializadas.

4.11. Por fim, é previsível a aceitação de outras marcas, sendo facultada à Administração, nesse caso, exigir que a empresa participante do certame comprove desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a de referência, quando, então, serão aceitas de fato sem restrições.

### **Subcontratação**

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões: i) o pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto; ii) haverá previsão de sanção para a situação de inexecução do objeto; iii) não há responsabilização subsidiária da administração pelo inadimplemento dos encargos sociais e trabalhistas, como ocorre nos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra; iv) o contratado não ficará de posse de bens da administração, como ocorre em serviços de manutenção de veículos; v) não haverá pagamento antecipado; e vi) aumenta o custo da licitação.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.14. Os itens não serão destinados à participação exclusiva de ME e EPP, porque os seus valores são maiores que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do inciso I, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015. Também não será criada cota reservada, porque possui valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4,8 milhões por ano-calendário), conforme disciplinado no art. 4º, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

4.15. Também não será criada Cota Reservada de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista o que dispõe os artigos 48, III e 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006 e os artigos 8º e 10, II, do Decreto nº 8.538/2015. Esses dispositivos preveem o dever de estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto. Entretanto, como a quantidade de cada um dos dois itens licitados é inferior a quatro unidades, a reserva de uma fração mínima divisível (uma unidade) para participação exclusiva de ME e EPP ultrapassaria o limite previsto na legislação.

4.16. Com base no artigo 49, III da Lei Complementar nº 123/2006 e o art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, não são reservados itens ou cotas de itens para a participação exclusiva de ME e EPP, quanto não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado". No caso, não é vantajosa para a administração a reserva de itens e a criação de cota reservada para ME e EPP, uma vez que diminui o poder de negociação, afeta a economia de escala, afasta a participação de empresas de grande porte que atuam no ramo da atividade. Além disso, representaria prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, diante da natureza do objeto e de sua complexidade técnica, que exigem a necessidade de padronização de desempenho, treinamento, assistência técnica e uniformidade das estruturas, sistemas, equipamentos e componentes das embarcações. Ao permitir a oferta de embarcações de marcas e modelos diferentes e/ou a contratação de fornecedores diversos, gera a possibilidade de redução da eficiência operacional motivada pela falta de padronização, bem como de aumento do tempo de sua inatividade em caso de necessidade de manutenção, devido à maior dificuldade de aquisição de peças e componentes com diferentes fornecedores e de prestação de serviços por empresas diversas.

4.17. Durante o levantamento de mercado não foram identificados três fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPP sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas para esta contratação, constituindo outra hipótese de afastamento dos benefícios de exclusividade de item ou de cota reservada de item destinada à participação das ME e EPP, prevista no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 10, I, do Decreto nº 8.538/2015.

### **Margem de Preferência**

4.18. Durante a elaboração do planejamento da contratação, não foram localizados atos normativos que viessem a estabelecer margens de preferência para Embarcações Nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

### **Testes de Aceitação**

4.19. Antes da entrega definitiva, as embarcações (Lancha de Patrulha Costeira - LPC e Lancha de Patrulha e Interceptação - LPI) serão submetidas a testes de aceitação com o objetivo de avaliar o desempenho da embarcação, verificar o funcionamento dos sistemas, garantir a segurança, identificar e corrigir problemas, confirmar a conformidade com as especificações etc.

4.20. Os testes serão realizados em local especificado pelo fabricante, com todos os custos, meios e equipamentos necessários correndo por conta da contratada, e serão acompanhados pelo corpo técnico da Administração Pública e pelos responsáveis técnicos do projeto.

4.21. Todos os equipamentos, acessórios, periféricos da embarcação devem estar instalados e aferidos, por órgão competente, conforme caderno de especificação técnica, para realização dos testes.

4.22. As embarcações serão submetidas aos seguintes testes:

#### *4.22.1. Teste de Estabilidade:*

##### *4.22.1.1. Condição da prova:*

a) A embarcação deve manter a estabilidade (borda livre positiva), em qualquer ponto da embarcação, mesmo com todos os passageiros concentrados em um dos bordos, na proa ou na popa.

4.22.1.2. Condição de carga útil total durante a prova:

a) Embarcação com tanques de combustível e água doce totalmente cheios;

b) Carga útil total de 1.200 kg (um mil e duzentos quilos) para LPC e 900kg (novecentos quilos) para LPI, se entenda como equipamentos mais pessoas;

4.22.1.3. Resultado a ser obtido:

a) Satisfatório.

4.22.2. *Teste de Velocidade e Autonomia:*

4.22.2.1. Condição da prova:

a) Navegação em águas calmas;

b) Percurso a ser definido pelo fabricante;

c) Velocidade e distância em relação ao solo (determinadas pelo GPS).

4.22.2.2. Condição de carga útil total durante a prova:

a) Carga útil total de 1.200 kg (um mil e duzentos quilos) para LPC e 900kg (novecentos quilos) para LPI, se entenda como equipamentos mais pessoas;

b) As embarcações com tanques de combustível e água doce totalmente cheios deverão alcançar no mínimo 30 nós.

4.22.2.3. Condição do teste de autonomia:

a) Iniciar o teste com os tanques totalmente cheios e sem possibilidade de reabastecimento durante o teste;

b) Carga útil de 1.200 kg (um mil e duzentos quilos) para LPC e 900kg (novecentos quilos) para LPI, se entenda como equipamentos mais pessoas;

c) Deverá deslocar-se por 20 (vinte) milhas náuticas norte-americana (1,852 km).

d) Velocidade mínima de cruzeiro de 20 nós com 3500 rpm no máximo;

4.22.2.4. Resultado a ser obtido:

a) Satisfatório.

4.22.3. *Teste de Parada de Motores por falta do Timoneiro:*

4.22.3.1. Condição da prova:

a) Mecanismo de parada de ambos os motores em caso de falta de timoneiro.

4.22.3.2. Resultado a ser obtido:

a) Satisfatório.

4.22.4. *Teste de Capacidade de Transporte de Pessoas:*

4.22.4.1. Condição da prova:

a) Capacidade mínima de 14 (quatorze) tripulantes para LPC e 10 (dez) tripulantes para LPI.

4.22.4.2. Resultado a ser obtido:

a) Satisfatório.

4.22.5. *Teste de Reboque:*

4.22.5.1. Condição da prova:

a) Ser rebocada por uma embarcação de peso igual ou superior ao seu, a uma velocidade de 5 nós por 30 minutos, sem sofrer danos.

4.22.5.2. Condição de carga útil total durante a prova:

a) Embarcação com tanques de combustível e água doce totalmente cheios;

b) Carga útil total de 1.200 kg (um mil e duzentos quilos) para LPC e 900kg (novecentos quilos) para LPI, se entenda como equipamentos mais pessoas;

4.22.5.3. Resultado a ser obtido:

a) Satisfatório.

4.23. Caso a embarcação não alcance, durante a realização dos testes, o resultado satisfatório, a contratada deverá realizar as adequações necessárias no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de não aceitação do objeto da contratação.

4.23.1. Realizadas as adequações, a embarcação será submetida novamente ao(s) teste(s) no(s) qual(is) não conseguiu atingir o resultado satisfatório. Em caso de novo resultado insatisfatório, não será aceito o objeto da contratação.

4.24. Finalizados com êxito os testes de aceitação das embarcações, a contratada arcará totalmente com os custos e despesas relativos à reposição de itens parcial ou totalmente danificados. As peças, materiais ou equipamentos substituídos devem ser novos (não usados e não reconicionados) e de modelo idêntico ou mais moderno que o substituído.

4.25. Após os testes, a contratada realizará uma verificação geral do estado de funcionamento, de possíveis riscos, trincados, ou qualquer avaria na estrutura, sistemas, subsistemas, equipamentos, instrumentos, componentes e acessórios da embarcação.

4.26. A Administração poderá realizar outros testes de navegabilidade, inclusive indicando o local (mar, rio, lagoa), visando assegurar a confiabilidade, segurança e navegabilidade das embarcações a serem adquiridas.

#### **Demais requisitos da contratação**

4.27. Os requisitos da contratação também abrangem o seguinte:

4.27.1. Cumprimento das Normas de Autoridade Marítima - NORMAM, expedidas pela Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, inclusive as NORMAM 01, 02, 03, 04, 05, 06, 201, 202 e 211-DPC/MB.

4.27.2. Todos os planos e documentos deverão ser assinados pelo responsável técnico do projeto, devidamente registrado no CREA, acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART).

4.27.3. Inscrição das embarcações na Capitania dos Portos ou órgão subordinado, em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário, nos termos da Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988 e NORMAN 201, 202 e 211, em nome da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo.

4.27.4. Registro e emplaceamento da carreta de transporte rodoviário no Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo, em nome da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, conforme Código de Trânsito Brasileiro e as resoluções do CONTRAN que tratam da matéria.

4.27.5. Fornecimento dos manuais impressos, em língua portuguesa, de todos os equipamentos instalados, sistemas de navegação, sistemas de comunicação, propulsão, sistemas elétricos, reboque e quaisquer outros que a empresa ou a contratante considerar como relevante.

4.27.6. Cumprimento das normas da American Boat & Yacht Council (ABYC), principalmente a Norma ABYC E-11 (Sistemas Elétricos AC e DC em Embarcações) e a Norma ABYC H-24 (Sistemas de Combustível de Gasolina);

4.27.6.1. As normas ABYC para sistemas elétricos e de combustível são amplamente reconhecidas e seguidas nos Estados Unidos e em outros países, sendo consideradas internacionalmente como referência para a construção e manutenção de embarcações, inclusive de lanchas. Elas foram desenvolvidas em estreita colaboração com fabricantes, profissionais do setor náutico, reguladores e demais partes interessadas, visando a promoção da qualidade, sustentabilidade e o atendimento a altos padrões de segurança e confiabilidade.

4.27.6.2. A norma ABYC E-11 estabelece diretrizes para o projeto, construção e instalação de sistemas elétricos de corrente alternada (AC) e corrente contínua (DC) em embarcações, funcionamento como um guia completo e essencial para garantia da segurança e bom funcionamento da parte elétrica. A sua aplicação é fundamental para cumprir os requisitos de segurança, confiabilidade, conformidade e de responsabilidade. Ademais, a observância desta norma reduz o risco de choques elétricos e incêndios, garante que os sistemas elétricos sejam projetados e instalados corretamente, atende a critérios legais para certificação e seguro de embarcações, e evita responsabilização legal em caso de acidentes relacionados aos sistemas elétricos.

4.27.6.3. A norma ABYC H-24 estabelece diretrizes abrangentes para o projeto, construção, instalação, reparo e manutenção de sistemas de combustível de gasolina (petróleo) em embarcações de recreio. Desenvolvida pela American Boat & Yacht Council (ABYC), essa norma abrange todos os aspectos do sistema de combustível, desde a abertura de abastecimento até a conexão com o motor de propulsão e equipamentos auxiliares. A sua aplicação é fundamental para cumprir os requisitos de segurança, confiabilidade,

conformidade e de responsabilidade. Ademais, a observância desta norma minimiza os riscos de incêndio, explosão e vazamento de combustível, garante que o sistema de combustível seja construído com componentes de alta qualidade e instalado corretamente, atende a critérios legais e padrão de referência para certificação de embarcações, e evita responsabilização legal em caso de acidentes relacionados ao sistema de combustível.

4.27.7. Será vedada a **participação de empresas reunidas em consórcio**, uma vez que a formação de consórcio, em regra, é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital (Acórdão TCU nº 1316/2010), não sendo este o caso para esta contratação. A participação de empresas reunidas em consórcio poderia, no caso concreto, restringir a competição, uma vez que a reunião de empresas reduziria o número de licitantes que poderiam competir entre si, em um mercado já oligopolizado de embarcações.

4.27.8. Será vedada a **participação de pessoa física**, uma vez que a sua natureza profissional é incompatível com a exigência de patrimônio líquido mínimo e de estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico prevista para a execução do objeto, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021.

4.27.9. Serão exigidos os requisitos de **qualificação econômico-financeira**, tendo em vista a necessidade de seleção de licitante que demonstre boa saúde financeira e capacidade de honrar com a entrega dos bens, dentro dos padrões quantitativos e qualitativos exigidos para esta contratação, uma vez que não será adotado o pagamento antecipado. Utilizando, para isso, dos índices propostos no modelo da AGU, que são extremamente razoáveis para avaliar a situação financeira de forma objetiva, em acordo com o TCU (Acórdão 6130/2012-Segunda Câmara).

4.27.10. Será exigida a apresentação das demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, visando uma análise mais completa e aprofundada da saúde financeira e da capacidade econômica da empresa para executar o contrato. A comparação dos dois anos permite identificar a consistência e a evolução da empresa, e não apenas a sua situação atual. Ao analisar dois períodos, é possível identificar tendências de crescimento ou declínio, alterações nos indicadores financeiros e a capacidade de a empresa manter ou melhorar sua situação econômica ao longo do tempo.

4.27.11. Será exigido o **patrimônio líquido mínimo**, porque é o valor que sobra após subtrair as dívidas (passivos) do total de bens e direitos (ativos), ou seja, é o que resta após se pagar tudo o que se deve. Dessa forma, ele reflete melhor a capacidade financeira da empresa, para suportar os custos com taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras obrigações que possam incidir direta ou indiretamente sobre o objeto.

4.27.12. Serão exigidos os requisitos de **qualificação técnica**, para fins de averiguação da aptidão, habilidade e da existência de recursos técnicos por parte da empresa para o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas com a Administração. Nesse sentido, busca-se verificar a existência de expertise necessária para entrega do produto de acordo com as especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

4.27.12.1. Como a lancha é formada por uma complexidade de sistemas, subsistemas, equipamentos, componentes, instrumentos e acessórios interligados que funcionam em uma mesma estrutura e que devem trabalhar em harmonia, visando atender aos quesitos, como velocidade (velocidade final, variações de velocidade e retomadas de aceleração), durabilidade (resistência a impactos provenientes de diferentes estados de mar, condições climáticas adversas, abordagens e embarque e desembarque de pessoas e equipamentos), confiabilidade (ausência de falhas de funcionamento que comprometam a missão), e, especialmente, segurança (integridade da tripulação e de terceiros, além de outras embarcações), é essencial que seja atestada a capacidade do fornecedor em atender todos os requisitos técnicos específicos.

4.27.12.2. Nesse sentido, foram previstos três requisitos cumulativos que devem ser comprovados. Basicamente, o fornecedor deve demonstrar que já forneceu pelo menos 1 (uma) embarcação com casco e convés em fibra de vidro e na faixa de tamanho previsto na especificação técnica, conforme o item em que estiver concorrendo.

4.27.12.3. Como se percebe, os requisitos de qualificação técnica foram previstos de modo a manter a competitividade e ao mesmo tempo possibilitar a aferição da capacidade do fornecedor. Isso porque a quantidade que deve ser comprovada é a menor possível, o material em fibra de vidro para convés e casco é comum para o mercado náutico especializado e o tamanho foi estabelecido em uma faixa para abranger um maior universo de fornecedores possíveis sem perder o foco no atendimento da demanda do NEPOM/DREX/SR/PF/ES.

4.27.13. Será utilizado o **Sistema de Registro de Preços - SRP**, com fulcro no art. 40, II, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 3º, V, do Decreto nº 11.462/2023. No caso, é pertinente para a Administração o emprego do SRP porque a quantidade estimada tanto de LPC como de LPI contemplam a demanda atual do NEPOM/ES, considerando o efetivo, a frota e o volume de trabalho já existentes, bem como a expectativa de ampliação dessa demanda com a implantação de dois novos portos de grande porte no Espírito Santo e previsão de um terceiro, duplicando o número de berços de atracação de navios, e com a dragagem dessas regiões que aumentarão a profundidade e, consequentemente, a capacidade de carga nessas regiões. A utilização do SRP proporcionará agilidade nas contratações, reduzirá os esforços administrativos e possibilitará ganhos de escala.

4.27.13.1. Será dispensado o procedimento de **Intenção de Registro de Preços - IRP**, com base no art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 9º, §2º, do Decreto nº 11.462/2023, uma vez que o único órgão contratante é a Polícia Federal.

4.27.13.2. Além disso, a dispensa da IRP configura-se como medida excepcional e plenamente justificada dada complexidade do objeto, a sua necessidade peculiar (especificidade da solução), bem como dos custos de transação e do impacto na atividade administrativa.

4.27.13.3. A não abertura da IRP pode ser justificada também pelo custo de transação e o impacto sobre a atividade administrativa, uma vez que impõe diversas tarefas ao gerenciador da ata, como a consolidação de informações, a validação da pesquisa de preços e adaptações nos instrumentos de planejamento.

4.27.13.4. O procedimento de divulgação da IRP, além de dilatar o prazo do procedimento licitatório, poderá atrair um número de manifestações de interesse que comprometeriam a capacidade operacional e gerencial da unidade. Nesse sentido, o Decreto nº 11.462 /2023 permite que o número de participantes seja estabelecido em conformidade com a capacidade de gerenciamento da Administração.

4.27.13.5. O impacto da IRP pode gerar instabilidade no mercado restrito de embarcações, dada a complexidade do objeto e a necessidade de absorver um quantitativo grande, específico e de alto valor.

4.27.13.6. Salienta-se que o certame permitirá a participação extraordinária ("carona") de órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e demais órgãos da segurança pública, o que estará condicionado à aceitação e à verificação da capacidade de gestão tanto do órgão gerenciador quanto do fornecedor.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por 90 (noventa) dias, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Iate Clube do Espírito Santo, localizado na Praça do Iate, 200 - Praia do Canto, Vitória - ES, 29055-730.

5.4. O horário de entrega é das 10h às 16h, em dias úteis, sendo obrigatório o agendamento prévio com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

5.5. Antes da entrega final de cada uma das embarcações, elas deverão ser apresentadas à equipe técnica da Contratante, com os respectivos equipamentos e grafismos, de acordo com as especificações técnicas do objeto.

5.5.1. A Contratada deverá comunicar à Contratante sobre a disponibilidade da lancha para apresentação na fábrica da empresa ou local equivalente. Essa comunicação deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para os procedimentos de viagem da equipe técnica da contratante, cujos custos correrão integralmente às expensas da Contratante.

5.5.2. A equipe técnica da contratante realizará a vistoria da embarcação para verificar a conformidade dos requisitos técnicos definidos neste Termo de Referência e seus anexos, e apresentará relatório de verificação, o qual orientará o recebimento provisório da embarcação.

5.5.3. Além da vistoria da embarcação, serão realizados os testes de aceitação conforme critérios definidos neste Termo de Referência.

5.6. A Equipe Técnica poderá vistoriar a fabricação das embarcações a qualquer tempo para realizar confrontações com os dados dos projetos fornecidos e documentos relativos à construção das lanchas.

5.7. A Equipe Técnica poderá solicitar à Contratada, a partir da assinatura do contrato, a apresentação de relatórios de ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas para aferição de qualidade do material. Estas provas serão emitidas às expensas da Contratada e deverão ser de laboratórios acreditados pela ISO/IEC 17025. O prazo para apresentação é de no máximo 20 (vinte) dias contados da requisição, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

5.8. A partir da assinatura do Contrato a Contratada terá 60 (sessenta) dias para apresentar à Contratante os Projetos Básicos das embarcações, contendo as etapas da construção e detalhes e desenhos técnicos do objeto, para análise e aprovação.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo:

5.9.1. **Superestrutura:** garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, contra vícios e defeitos, como rachaduras, trincas e demais problemas estruturais;

5.9.2. **Casco:** garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, contra vícios e defeitos, como osmose, delaminação, desgaste do gel coat, infiltração, rachaduras, trincas e demais problemas estruturais;



5.9.3. **Pintura e Grafismo:** garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, contra vícios e defeitos, como perda de cor, deslocamento, rachaduras, falta de aderência e demais avarias na pintura original das partes da embarcação;

5.9.4. **Motores e Sistema de Propulsão:** garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, contra vícios e defeitos, como mau funcionamento, desgaste prematuro de peças e perda de potência declarada;

5.9.5. **Equipamentos Eletrônicos e Instrumentos de Navegação:** garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, contra vícios e defeitos, como mau funcionamento, deterioração e oxidação dos componentes eletrônicos;

5.9.6. **Equipamentos de Salvatagem:** garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, contra vícios e defeitos, como mau funcionamento, deterioração e abrasão;

5.9.7. **Carreta de Transporte:** garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, contra vícios e defeitos, como mau funcionamento, deterioração e corrosão;

5.9.8. **Conjunto Elétrico/Hidráulico:** garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, contra vícios e defeitos, como vazamentos hidráulicos do sistema de governo e panes no sistema elétrico, incluindo toda a parte de iluminação e bombas de porão;

5.9.9. Os demais itens do objeto não contemplados nos prazos acima, terão garantia mínima de 12 (doze) meses.

5.10. Caso o prazo e a cobertura de garantia oferecida pelo fabricante seja superior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá adotá-lo.

5.11. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.12. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.13. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.14. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.15. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.16. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.17. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.18. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.19. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.20. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.21. Na proposta deverão estar inclusos todos os custos com tributos, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras obrigações que possam incidir direta ou indiretamente sobre o objeto.

5.22. As despesas com inscrição das embarcações na Capitania dos Portos ou em órgão subordinado, e com registro e emplacamento da carreta de transporte rodoviário no Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo correrão às custas da contratada.

5.23. Não será aceita proposta com a oferta de modelo de embarcação do tipo protótipo, usada, recondicionada, ainda que atenda as demais especificações desta contratação. Também não serão aceitos equipamentos, instrumentos, materiais, acessórios e quaisquer componentes de segunda linha ou que não seja de comprovada procedência.

5.23.1. Para fins desta contratação, entende-se como protótipo o modelo de embarcação ofertado na proposta cujo casco e convés, tamanho e motorização, ainda que atendam as especificações técnicas, nunca foram produzidos efetivamente, ou, mesmo que produzidos, nunca foram vendidos/comercializados.

5.23.2. Não será aceito protótipo por entender que é o modelo inicial do produto, utilizado para testar ideias, funcionalidades e o design antes de seu desenvolvimento final. É uma versão muitas vezes não lançada, utilizada para avaliar a usabilidade, identificar problemas e realizar aprimoramento no design e/ou funcionalidade do produto. Pode ser desenvolvido como um modelo simples, formado apenas de esboços, frequentemente copiado ou imitado, estampados em sites, panfletos, catálogos e desenhados em programas de computação. Nesse sentido, o modelo de protótipo de embarcação é suscetível a potenciais problemas estruturais, de desempenho e de fiabilidade.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **1% (um por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,2% (dois por cento)** a **7% (sete por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,3% (três décimos por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/08/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Críticos de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante



9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

9.25. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

### **Qualificação Técnica**

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. contrato(s) que comprove(m) o fornecimento de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total previsto para o item em que estiver concorrendo;

9.30.1.2. contrato(s) que comprove(m) o fornecimento de embarcação cujo tamanho esteja compreendido na faixa especificada para o item que estiver concorrendo;

9.30.1.3. contrato(s) que comprove(m) o fornecimento de embarcação com casco e convés rígidos em fibra de vidro;

9.30.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 13.292.206,73** (treze milhões, duzentos e noventa e dois mil duzentos e seis reais e setenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.2.1. Anexo A - Estudos Técnicos Preliminares;

12.2.2. Anexo B - Especificações Técnicas da LPC;

12.2.3. Anexo C - Especificações Técnicas da LPI.

*Vila Velha/ES, na data da assinatura eletrônica.*

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THUANE BROEDEL ANDRADE**

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 07/10/2025 às 22:56:48.

**ROGERIO DA SILVA LAGES**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 08/10/2025 às 11:10:15.*

**CARLOS MAGNO ALVES GIRELLI**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 08/10/2025 às 11:08:38.*

**MARCO AURELIO DE MACEDO COELHO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 07/10/2025 às 22:50:49.*